



Número: **0827201-92.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/06/2016**

Valor da causa: **R\$ 2.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DA PENHA MINERVINO (AUTOR)		JOSE SUELDO GOMES BEZERRA FILHO (ADVOGADO) Gabriel Honorato de Carvalho (ADVOGADO) MELINA KELLY LELIS CUNHA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
GUSTAVO FARIAS MENDONÇA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61995 212	11/08/2022 12:47	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) 0827201-92.2016.8.15.2001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA DA PENHA MINERVINO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**MARIA DA PENHA MINERVINO** ajuizou a presente ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** aduzindo, na oportunidade, às razões do pedido.

Sendo necessária as providências do promovente, restou fracassada a intimação pessoal (ID 58397030), em virtude de não ser encontrada a parte autora no endereço indicado na exordial.

**É o relatório. Decido.**

A tentativa de intimação pessoal para dar prosseguimento ao feito foi frustrada em razão de não ser encontrada no endereço indicado na exordial, conforme certificou o meirinho (ID 58397030).

O parágrafo único do art. 274 do CPC, dispõe que se presumem validas as intimações encaminhadas ao endereço declinado na inicial, cabendo as partes comunicarem eventual mudança. Senão, vejamos:

“Art. 274. (...).

*Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. (...).”*

Assim, diante da desídia da parte em impulsionar o feito, a extinção do processo é medida de rigor.



**ANTE O EXPOSTO**, escudado no art. 485, III c/c do art. 274, parágrafo único, ambos do CPC, **DECLARO EXTINTO** o processo, sem resolução do mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Sem custas, por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita.

**Tendo em vista não ter sido realizada a perícia nos autos, expeça-se alvará do valor depositado a título de honorários periciais, em favor da seguradora promovida, em conta bancária a ser fornecida pela mesma.**

Transitada em julgado, arquivem-se os autos.

P.R.I.

JOÃO PESSOA, data e assinatura digitais

ONALDO ROCHA DE QUEIROGA

Juiz de Direito

